**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

**Curso: PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Professor: Marcos Augusto Perez**

**SEMINÁRIO: PROCESSO ADMINISTRATIVO COMPETITIVO**

**NOME DO ALUNO:**

....................................................................................................................................................................

**NÚMERO USP:**

....................................................................................................................................................................

O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu a contratação de uma empresa privada, por meio de um procedimento de pregão eletrônico, para a prestação dos serviços de limpeza e conservação predial. No decorrer da execução do contrato, constatou-se, por meio de denúncia anônima, que a empresa tinha fraudado os documentos de habilitação apresentados no decorrer da licitação.

Diante desse cenário, responda às questões abaixo:

(i) O processo competitivo (pregão eletrônico) pode ser considerado um processo administrativo? Justifique com base nos elementos processuais vistos em aula. Tente diferenciá-lo, em termos de objetivos a ser alcançado, dos demais tipos de processo estudados.

(ii) O Tribunal de Justiça de São Paulo, na qualidade de órgão do Poder Judiciário, estaria obrigado a instituir processos administrativos caso deseje promover a aplicação de penalidades à empresa contratada? Justifique.

(iii) Imagine que o representante da empresa seja intimado por Whatsapp para apresentar sua defesa, tendo confirmado ciência sem, no entanto, se manifestar a respeito dos fatos apresentados. Nesse caso, a intimação da empresa poderá ser considerada válida? Aplicar-se-iam os requisitos previstos na Lei nº 9.784/99? Fundamente.

(iv) Suponha que além do processo penal, foi instaurado processo administrativo sancionador de forma a aplicar penalidade de suspensão temporária ao direito de licitar à empresa contratada. Nessa situação, caso o Tribunal de Justiça negue a produção de provas solicitada pela empresa com base “*no interesse público e na preservação da investigação*”, seria possível impugnar essa decisão com base no disposto na Lei nº 8.666/93? E com base em outros normativos? Fundamente.

(v) Caso seja aplicada a penalidade pelo Tribunal e a empresa contratada deseje recorrer qual será o prazo para a interposição do recurso dentre as alternativas abaixo? Justifique.

(a) 05 dias úteis, conforme a Lei nº 8.666/93;

(b) 15 dias corridos, conforme a Lei Estadual nº 10.177/99;

(c) 05 dias corridos, com base na Lei Federal nº 9.784/99?